

PREFÁCIO

Como é que as pessoas conviveram com as lutas de poder político que marcaram o ano de 2021? Os direitos foram mais respeitados no contexto da caótica concorrência mundial em torno do lucro, privilégios e prestígio? As pessoas foram mais tidas em conta, respeitadas e protegidas enquanto a pandemia de Covid-19 se arrastava e os conflitos se agravavam?

“Reconstruiremos melhor”, foi o slogan que nos repetiram como um mantra em 2021. Acenaram-nos também com bonitas promessas: a economia iria conhecer uma “reinicialização global”, iríamos adotar uma “agenda global comum” para pôr fim aos abusos das grandes empresas, a retoma seria sustentável e ecológica e a solidariedade internacional iria permitir verdadeiramente virar a página. Mas, como se veio a verificar, os slogans pouco significaram, as promessas não foram cumpridas: mais seres humanos viram os seus direitos serem atropelados, mais frequentemente e em mais locais.

Apesar de terem outras opções ao seu dispor, os governos preferiram escolher políticas e vias que afastaram muitas pessoas ainda mais da sua dignidade e direitos fundamentais. As desigualdades sistémicas que fizeram disparar a pandemia, longe de serem metodicamente reduzidas, ainda se entranharam mais. Os fluxos internacionais de serviços e materiais médicos, que poderiam ter alargado o acesso aos cuidados de saúde, em muitos casos não se materializaram. A cooperação entre os Estados, necessária para evitar mais catástrofes e atenuar as crises de direitos humanos, raramente se concretizou.

Há um ano atrás, quando redigi pela primeira vez o prefácio do relatório anual da Amnistia Internacional, tinha a ardente esperança de que, em 2021, as nações e os povos atingissem uma fase mais avançada de uma recuperação inclusiva da Covid-19. Os progressos científicos, conquistados a um ritmo sem precedentes, colocavam o fim da pandemia ao nosso alcance. Parecia possível. Então, o que correu mal?

Em vez de nos oferecerem uma governança global genuína e rica de sentido, os dirigentes mundiais retiraram-se para as cavernas dos seus interesses nacionais. Em vez de oferecerem mais segurança a mais pessoas, aproximaram-nos mais da beira do precipício da insegurança e até mesmo, por vezes, da guerra. Em vez de fazerem desaparecer as práticas e estratégias que nos dividem, os líderes lançaram as nossas nações para uma concorrência autodestrutiva pela riqueza e recursos do planeta, que as conduz ao conflito. Em vez de defenderem o princípio universal da igualdade, que está no cerne dos direitos humanos, o racismo ficou ainda mais enraizado no funcionamento do sistema internacional, chegando mesmo a determinar quem podia viver e quem não podia, revisitando a velha e cruel lógica das vidas que contam e das que não contam.

2021 deveria ter sido um ano de cura e de recuperação. **Em vez disso, tornou-se uma incubadora de mais desigualdades e instabilidade**, não só para o presente, 2021 ou 2022, mas por toda a década que aí vem.

As vagas terríveis de contaminação, doença e morte com Covid-19 em 2021 foram de uma previsibilidade desesperante. É aflitivo pensar que poderiam ter sido evitadas. Enquanto os governos ricos se felicitavam pelo sucesso das suas campanhas de vacinação, este nacionalismo vacinal fervoroso teve como consequência que, no final do ano, mais de metade da humanidade não tinha recebido qualquer dose da vacina ou só tinha a vacinação parcial. As fracas taxas de vacinação favoreceram a proliferação de novas variantes, colocando-nos a todos em risco de mutações do vírus resistentes à vacina e prolongando a pandemia. Os cidadãos dos países ricos foram chamados para doses de reforço enquanto milhões de habitantes do hemisfério sul, incluindo os que se encontravam

em maior risco de doença grave ou morte, aguardavam ainda a sua primeira dose. Em setembro, a Amnistia Internacional descobriu que os países desenvolvidos dispunham de 500 milhões de vacinas excedentárias, o suficiente para a vacinação completa de vários dos países menos vacinados do mundo. O desperdício de doses inutilizadas, por terem ultrapassado a sua data de validade, é infelizmente sintomática de um mundo sem bússola moral, um mundo que não sabe para onde vai. Enquanto os executivos e investidores das grandes empresas arrecadaram lucros gigantes, os que necessitavam desesperadamente de uma vacina foram informados de que tinham que esperar. E morrer.

Em plena pandemia de Covid-19, novos conflitos germinaram, enquanto outros, mais antigos, se agravavam. No Afeganistão, Burkina Faso, Etiópia, Iémen, Israel/Palestina, Líbia e Myanmar, para citar apenas alguns exemplos, os conflitos traduziram-se por violações do direito internacional humanitário e de direitos humanos em vasta escala. Foram bem raras as ocasiões em que a comunidade internacional soube dar a resposta necessária; igualmente raros foram os casos em que a justiça e o princípio da obrigação de prestar contas foram respeitados. Quase sempre, pelo contrário, os conflitos intensificaram-se. Com o seu prolongamento, tiveram consequências cada vez mais graves. O número e a diversidade das partes intervenientes aumentaram. Novos teatros de operações surgiram. Novas armas foram testadas. A violência fez mais mortos e feridos. O preço da vida humana baixou.

O estado da decadência mundial foi mais óbvio que em qualquer outro lado no Afeganistão. Após a retirada de todas as forças internacionais, o colapso do governo e a tomada do poder pelos talibãs, as mulheres e homens afegãos que se encontravam na linha da frente da luta pelos direitos humanos e os valores democráticos foram abandonados à sua sorte.

Entretanto, a incapacidade da comunidade internacional para propor uma resposta mundial face à pandemia lançou as sementes de um conflito e injustiça cada vez mais fortes. A pobreza crescente, a insegurança alimentar e a instrumentalização da pandemia pelos governos para reprimir a dissidência e a contestação foram todas largamente cultivadas em 2021 e abundantemente regadas e fertilizadas pelo nacionalismo vacinal e a ganância dos países mais ricos.

Este legado de 2021 foi igualmente óbvio na conferência do clima COP26. Minadas pelas ambições a curto prazo e boicotadas pelos egoísmos, estas negociações de quinze dias saldaram-se numa traição. Os Estados traíram as suas populações, não conseguindo entender-se para evitar um aquecimento climático catastrófico. Com isto, condenaram uma grande parte da humanidade a um futuro marcado pela escassez de água, vagas de calor, inundações e fome. Os mesmos governos que forçam o retorno dos migrantes nas suas fronteiras condenaram milhões a fugir de suas casas em busca da segurança e de melhores condições de vida. Os países já afundados em níveis de dívida insustentáveis, viram-se incapazes de financiar as medidas indispensáveis para fazer face a alterações climáticas mortíferas.

Em 2021 continuou a ser fomentada a aceitabilidade de políticas e ideologias racistas que, na prática, forçam milhões de pessoas a tentar simplesmente sobreviver. Vimos isto na recusa obstinada dos fabricantes de vacinas de partilhar os seus conhecimentos e tecnologias com países de baixos rendimentos, impedindo o aumento de produção necessário para fechar o fosso que os separava dos países ricos. Vimos isto igualmente na recusa de muitos Estados ricos em apoiar algumas iniciativas mundiais, tais como a renúncia a direitos de propriedade intelectual TRIPS, que teria permitido aumentar a produção de vacinas. Vimos isto nas políticas de alguns governos que consideravam o “risco de morrer” como um meio de dissuasão aceitável face a um número recorde de refugiados, migrantes, deslocados internos e requerentes de asilo – estas políticas chegaram ao ponto de criminalizar quem tentava salvar-lhes a vida. Vimos isto, repetidamente, na escalada de um discurso político diabolizando as minorias e defendendo ideias arbitrarias de liberdades (incluindo a “liberdade de odiar”), em contraponto tóxico aos direitos e normas universais destinados a proteger-nos do

racismo e sexismo. Vimos isto também na supressão de serviços essenciais de saúde sexual e reprodutiva, com as consequências desastrosas que se conhecem para as mulheres e raparigas em particular.

Se, em 2021, os que estavam no poder se mostraram desprovidos da ambição e imaginação para lutar contra as ameaças mais graves que pesavam sobre a humanidade, o mesmo não se pode dizer das pessoas que estes indivíduos deveriam supostamente representar. Em 2021, homens e mulheres de todo o mundo mobilizaram-se, não apenas para defender os seus próprios direitos, mas também para manifestar a sua solidariedade e exigir o respeito pelos direitos de todos. Reivindicaram melhores instituições, uma lei justa e uma sociedade mais equitativa. O Comité Nobel saudou assim a bravura de pessoas exemplares pela sua dedicação e visão, atribuindo o Prémio Nobel da Paz de 2021 a dois jornalistas – a filipina Maria Ressa e o russo Dmitri Muratov, em reconhecimento da sua coragem face à corrupção das autoridades e às restrições que atingem a imprensa nos seus respetivos países.

Cidadãos de todo o mundo insurgiram-se e mobilizaram-se, por vezes prontos a defrontar a violenta repressão exercida pelos governos que, em alguns casos, não hesitaram em usar o pretexto da pandemia para negarem o direito de contestação. Em 2021, pelo menos 67 países adotaram novas leis restringindo a liberdade de expressão, associação ou reunião.

No entanto, isso não impediu os cidadãos de fazerem ouvir as suas vozes. Em mais de 80 países, houve manifestações de grande dimensão. Na Rússia, houve concentrações de apoio ao líder da oposição Aleksei Navalny, apesar de um número sem precedentes de prisões arbitrárias e ações judiciais em massa. Na Índia, agricultores manifestaram-se contra três leis agrícolas controversas até ao mês de dezembro, altura em que o governo federal indiano cedeu finalmente ao poder da sabedoria popular e revogou a legislação. Ao longo de todo o ano de 2021, as pessoas mobilizaram-se na Colômbia, Líbano, Myanmar, Sudão, Tailândia, Venezuela e muitos mais países.

Por todo o mundo, advogados, académicos, ONG, vítimas e as pessoas próximas delas procuraram incansavelmente, em 2021, obter a justiça por violações dos direitos humanos, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Foram obtidas algumas vitórias judiciais históricas. Em fevereiro, duas crianças vietnamitas de coragem notável, com o apoio de uma professora de direito londrina, levaram, com sucesso, o seu caso ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos para contestar a criminalização pelo Reino Unido das vítimas de tráfico. Em junho, Alieu Kosiah, um antigo comandante de um grupo rebelde ativo na Libéria, foi declarado culpado, na Suíça, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade e condenado a 20 anos de prisão. ONG instauraram ações judiciais estratégicas e inovadoras e apresentaram queixas-crime contra grandes multinacionais, tais como a Nike, Patagonia e C&A pela sua cumplicidade no trabalho forçado na região chinesa de Xinjiang.

Em 2021, a sociedade civil e alguns jornalistas enfrentaram também os gigantes tecnológicos. Fruto de uma importante colaboração entre especialistas de direitos humanos e jornalistas de investigação, o Projeto Pegasus permitiu pôr a descoberto um sistema de vigilância estatal a críticos do governo e defensores dos direitos humanos, expondo assim as táticas sub-reptícias empregues para esmagar a dissidência. Em novembro, um tribunal nos Estados Unidos autorizou a WhatsApp a levar a tribunal a empresa NSO Group, criadora do spyware Pegasus. Esta decisão marcou um momento de viragem em matéria de revelação de informação no quadro de um processo. O ano de 2021 foi também marcado pelas multas mais pesadas jamais impostas a grandes empresas da alta tecnologia por violação das leis sobre a proteção de dados e a privacidade, incluindo a Amazon (multada em € 746 milhões), a WhatsApp (€ 225 milhões) e a Grindr (€ 6,34 milhões).

Apoiadas por pessoas comuns, as organizações não governamentais estiveram também na origem de desenvolvimentos positivos em matéria de normas e mecanismos internacionais. Organizações da

sociedade civil, entre elas a Amnistia Internacional, realizaram um trabalho de lóbi, que deu os seus frutos, junto do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para que fosse reconhecido o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável e para a criação dos cargos de relator especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das alterações climáticas e de relator especial sobre os direitos humanos no Afeganistão.

Já que os Estados não reconstroem melhor e se contentam em colar os pedaços partidos, resta-nos pouca escolha. Temos que escrutinar cada decisão tomada e combater qualquer tentativa de nos fazer calar. Mas devemos também reforçar a nossa colaboração mútua. Devemos construir juntos um movimento mais concreto, mais exigente, mais persistente no seu desejo de solidariedade mundial: uns com os outros e para os outros. Se os nossos dirigentes não nos conduzem aos nossos direitos, deixemos que os direitos nos conduzam uns para os outros.

Para tal, devemos organizar, apoiar e estimular um movimento global em favor da justiça. Sabemos que, em última análise, o futuro e o destino de todos nós estão indissociavelmente ligados e interdependentes, tal como o estão os da espécie humana e do planeta. Sabemo-lo. E devemos viver em conformidade. Temos que assumir a liderança, no domínio dos direitos humanos, e juntos exigir uma governança global pelos direitos de cada um de nós, sem exceção, e no interesse de todos. Agora, todos juntos, vamos alimentar e fazer crescer este projeto.

Agnès Callamard,
Secretária-geral da Amnistia Internacional